



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

PARECER

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 21, de 26 de fevereiro de 2019

Autor: Dep. Pablo Santos

Ementa: “Estabelece a equiparação entre os portadores de doença renal crônica e as pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da administração direta e indireta deste Estado”.

Relatora: Dep. Teresa Britto

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, apresentado pelo nobre Deputado Pablo Santos, que busca estabelece a equiparação entre os portadores de doença renal crônica e as pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Piauí.

Em justificativa, o nobre parlamentar destacou que a propositura tem por escopo contribuir para a inserção de pessoas com doença renal crônica no mercado de trabalho no âmbito do estado do Piauí.

Justifica ainda o nobre deputado que “diversas pessoas no estado do Piauí que começam o tratamento dialítico nos casos crônicos estão prontas para voltar ao mercado de trabalho pouco tempo depois”, sendo que para “aqueles que fazem um transplante o tempo de licença pode ser mais longo”. Nesse sentido, compreende que para essas pessoas “é necessária uma flexibilidade em virtude da continuidade do tratamento, mas o retorno ao trabalho e à rotina faz com que elas se sintam mais integradas na sociedade, aumentando a autoestima e a produtividade”.

É, em síntese, o relatório.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Compete a esta Comissão de Educação, Cultura e Saúde (CECS), nos termos do art. 34, VII, alíneas “k”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, pronunciar-se sobre “assuntos referentes à saúde em geral, política e ações de saúde, sistema único de saúde, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais”.

O artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil preceitua: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Em nosso entender esse preceito, exige a destinação de recurso para tratamento e cuidado do cidadão, promovendo bem-estar e qualidade de vida, bem como possíveis isenções, benefícios e incentivos governamentais promovendo qualidade de vida para as pessoas que sofrem com determinadas doenças como é o caso de pacientes renais crônico que tem enfrentado barreiras diversas, as quais quando não obstaculizam, dificultam sobremaneira o acesso aos mais variados direitos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, dentre outras, a Lei nº 5.694, de 23 de agosto de 1971, que dá nova redação ao item I do § 4º do Art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, estabelece a "concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após ingressar no sistema da Previdência Social, for acometido de tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, **nefropatia grave** ou estados avançados de Paget (osteíte deformante), bem como a de pensão por morte, aos seus dependentes (I)", também a Lei nº 7.713/1988 prevê a isenção do imposto de renda incidente sobre os proventos de aposentadoria e pensão dos portadores de nefropatia grave.

Com efeito, é competência comum de todos os entes federados cuidar **da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência** (Art. 23, inciso II, da Constituição Federal), cabendo à União estabelecer as normas gerais e aos Estados a suplementação da legislação geral em conformidade com as peculiaridades regionais (art. 24, §§ 2º e 3º da CF).

Assim, em relação à matéria objeto da proposição em apreço há uma lei federal que estabelece as normas gerais, o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que em seu artigo 2º "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No entanto, o referido Estatuto, não reconhece de pronto as condições das pessoas com doença renal crônica, não faz referência direta a situação destes pacientes, deixando-os ao arbítrio de demoradas perícias médicas, e ainda sem o mesmo amparo que é dispêndido as pessoas com deficiências físicas.

Nos termos do art. 8º do mesmo estatuto, é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, **à saúde**, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, **ao trabalho**, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Assim sendo, a proposição em comento, ao que buscar a equiparação entre as pessoas com doença renal crônica aos direitos das pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí, suplementa, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no âmbito deste Estado, de maneira justa e constitucional.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

Cabe destacar que, conforme a avaliação da situação de saúde, em caso de **nefropatia grave**, a pessoa tem direito a benefício previdenciário, nos termos da Lei nº 5.694, de 23 de agosto de 1971, que dá nova redação ao item I do § 4º do Art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

Contudo, existem situações de pessoas, como informou o nobre deputado em sua justificativa, “que começam o tratamento dialítico nos casos crônicos” e “estão prontas para voltar ao mercado de trabalho pouco tempo depois”.

De forma que, resta clara a relevância da propositura.

Portanto, somos favoráveis à tramitação do presente Projeto de Lei nº 21, de 26 de fevereiro de 2019.

É nosso parecer, salvo melhor juízo.

III – PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (☒)

Pela rejeição (☐)

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 01/06/21
Dep. LIMMA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
SAÚDE, EDUCAÇÃO
CULTURA

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,
Teresina, 26 de maio de 2021.


Dep. Teresa Britto
Relatora

Dep. Teresa Britto
Dep. Wt. Hélio
Dep. João de Deus
Dep. Peo Costa
Dep. LIMMA

ADO À UN.
ADO À UN.
PRESIDENTE DA COMISS.
PRESIDENTE DA